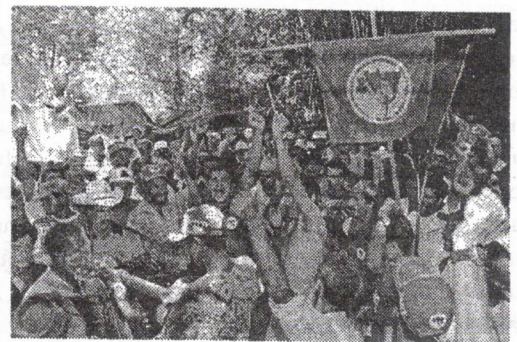
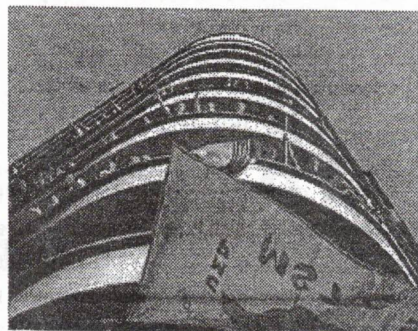


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 265 - DE 04 A 18 DE AGOSTO DE 2003 - R\$ 1,50



Os sem-terra e os sem-teto se mobilizam por todo o país no campo e na cidade. A burguesia se arma e prepara repressão. O governo faz menos assentamentos que FHC e manda a Polícia Federal investigar as lideranças. José Rainha é preso e condenado.

Todo apoio às ocupações de terra e prédios no campo e nas cidades!

Que o governo atenda às reivindicações!

Todo apoio à greve dos servidores federais contra a reforma da Previdência



4º Congresso Metalúrgico do ABC:

A burocracia aprovou o apoio ao governo e às reformas trabalhista e sindical.

A política proletária se contrapôs e lutou pela independência real, defesa da livre organização operária e dos direitos trabalhistas!

Quinzena de Lutas

Demissões na GM

A General Motors anunciou no dia 22/07-feira a demissão de 450 funcionários da fábrica de São José dos Campos, no interior de São Paulo. A montadora havia aberto um plano de demissões voluntárias para 600 trabalhadores, mas os trabalhadores não aceitaram. Eles prometeram entrar em greve caso a montadora não revisse as demissões anunciadas. A empresa resolveu então colocar os trabalhadores em lay-off (suspensão temporária dos contratos de trabalho). A direção do sindicato, majoritariamente do PSTU, acabou admitindo essa forma de "flexibilização do trabalho", que acabará em demissão, caso os trabalhadores não reajam a tempo.

Na fábrica de São Caetano se passa o mesmo. A pelegada do Sindicato dos Metalúrgicos deu o aval ao lay-off. Essa roubalheira funciona da seguinte forma: num prazo de dois a cinco meses, os operários atingidos receberiam 80% dos salários. Cerca de 60% do valor dos vencimentos será pago pela empresa e o restante virá do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador, dinheiro do próprio trabalhador descontado no INSS). Alegam que após este período voltariam a trabalhar normalmente, mas sabemos que isso é falso.

Volks envia cartas sobre 'transferência' para excedentes

A Volkswagen do Brasil iniciou quinta-feira dia 31/07 a distribuição das cartas que comunicam aos 3.933 funcionários das unidades de São Bernardo e Taubaté (Vale do Paraíba) a transferência para o projeto Autovisão, os 1.923 trabalhadores de São Bernardo e 2.010 funcionários de Taubaté começarão a fazer os "bicos" a partir de 1º de setembro.

A montadora explicou que esses fun-

cionários passarão a trabalhar inicialmente no Instituto Gente, que promoverá cursos de formação e reciclagem até que o reposicionamento esteja concluído. O empregado transferido poderá permanecer por tempo indefinido no Instituto Gente. Tudo muito falso: a Autovisão é o caminho da demissão.

A burocracia ficou incomodada com o fato, pois a empresa havia informado na terça-feira, após uma reunião que levou o dia todo, que iniciaria na quinta-feira a entrega de 1,5 mil cartas, mas depois decidiu que avisaria todos os funcionários considerados excedentes de uma vez.

E decidiu que as cartas enviadas aos funcionários serão desconsideradas e devolvidas à empresa. Essa decisão foi anunciada em três assembleias internas. Nos encontros, os metalúrgicos foram convocados a participar da grande assembleia marcada para a próxima segunda-feira (4), na fábrica de São Bernardo, que deve reunir cerca de 12 mil metalúrgicos. A burocracia, certamente, irá mais uma vez manobrar. Exigiu que a Volks cumpra o acordo de não demissão. Mas a multinacional dirá que não haverá demissão até 2006. Ocorre que a transferência de quase 4 mil metalúrgicos para a Autovisão significa destruição de postos de trabalho diretos. Em seguida, a Volks poderá demiti-los. Nisso consistirá o jogo da burocracia com a multinacional. Os operários devem dizer não e decretar greve em defesa do emprego.

Siemens deve demitir 2,3 mil funcionários até 2004

A unidade de comunicações móveis da Siemens pretende demitir 2,3 mil funcionários até o fim do próximo ano fiscal, segundo comunicado divulgado na terça-feira 29/07. Do total, 500 vagas devem ser eliminadas na Alemanha.

A medida, segundo a companhia, visa a aumentar sua produtividade. A unidade já havia anunciado o corte de outras 2 mil vagas neste ano.

A iniciativa faz parte do plano de diminuir em 1 bilhão de euros os custos do grupo até o encerramento.

Indústria da França está sob ameaça de estagnação e deflação

Não é só aqui que a burguesia nacional e multinacionais se depara com a crise do sistema capitalista em desagregação. Os fantasmas do estancamento e da deflação também tiram o sono dos industriais franceses e essas ameaças se refletem em um estado de ânimo pouco entusiasta e em preços de produção que em junho retrocederam 0,1% (excetuando a energia).

Há perspectivas de leves melhoras setoriais nos próximos três meses, mas não bastam para levar a uma reativação franca, considerando que Alemanha e Itália, no coração industrial da Europa, atravessam uma situação de estancamento, segundo indicam analistas de vários grupos financeiros.

A situação de estancamento acarreta riscos crescentes de deflação. Os preços da produção industrial retrocederam 0,1% em junho em relação a maio, salvo nos setores de energia e alimentação, geralmente muito voláteis.

Fiat fecha acordo para aposentar 2,4 mil na Itália

A direção da Fiat, o maior grupo industrial da Itália, e um setor da burocracia sindical do país chegaram a um acordo nesta quarta-feira sobre a aposentadoria antecipada de 2,4 mil funcionários, anunciou o vice-ministro de Assuntos Sociais, Maurizio Sacconi.

Esta decisão foi confirmada por Antonio Sansone, líder da FIM, o sindi-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

cato de metalúrgicos da confederação CISL (católica).

O principal sindicato do setor, a Fiom (que pertence à central de esquerda CGIL) rejeitou o acordo, enquanto os demais sindicatos do setor se pronunciaram a favor, informou Sansone.

A aposentadoria antecipada de cerca de 2,4 mil trabalhadores foi anunciada pela Fiat quando a empresa apresentou o plano para a renovação do grupo, que atravessa uma séria crise após a queda das vendas dos automóveis.

O plano, que inclui entre outras coisas a dispensa por um ano de 7,6 mil funcionários, fato que gerou uma dura

polêmica com os sindicatos, mas a Fiat fechou um acordo com o Governo italiano no fim de dezembro passado para a aplicação dessa medida.

Segundo o acordo entre a Fiat e o Governo, parte dos empregados serão dispensados, entre eles estão aqueles que têm menos de sete anos para se aposentar, não voltarão a ser admitidos, e terão uma aposentadoria antecipada financiada pelo Estado.

São milhares de postos de trabalho destruídos e que não mais voltarão. A burocracia sindical acomodada se mostra incapaz de organizar a luta pelo emprego e acaba colaborando com os

capitalistas.

Traição de Jaques Wagner

O ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, considera o projeto de terceirização dos trabalhadores da Volks uma boa, em suas palavras, "o projeto da Autovisão é bem-vindo, seja pelo seu aspecto de investimento em novos postos de trabalho e de introdução, pela primeira vez, de aspecto novo da responsabilidade social da empresa em processo de reestruturação". Como se pode ver, todos do governo Lula se tornaram uns vendidos.

Sinais de crise

Luta no campo

A retomada das ocupações de terra e saques de alimentos foi um sinal dos camponeses sem-terra de que não podem esperar a reforma agrária do PT/Lula, quando o governo corta verbas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e afirma que não tem dinheiro para realizar o assentamento de 60 mil famílias, dentre as 120 mil acampadas. O governo fez a opção pelas exigências do FMI de obter alto superávit fiscal para o Estado sustentar o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa e interna. Trata-se de uma opção pelo capital financeiro parasitário e contra os interesses das massas exploradas. As ocupações e marchas de protesto dos camponeses tocaram a ira dos latifundiários e toda hora de reacionários, que passaram a acusar o governo de complacência e exigir defesa da ordem pública com a violência do Estado. No Pontal do Paranapanema, o juiz aproveitou o clima político para condenar o líder do MST José Rainha.

Reforma da Previdência

O aceno de Ministros em aceitar as exigências dos juízes, que ameaçaram decretar greve, causou dissabores com os governadores, que são os principais avalistas da reforma da previdência. O caminho teve de ser feito pelo presidente Lula. Mas tudo indica que os juízes terão garantia de alguns privilégios.

A greve dos servidores públicos tem sido sabotada pela direção da CUT e combatida pela ala oficialista do PT. A repressão policial contra a manifestação dos trabalhadores, que cercaram o presidente do INSS, e, um pouco antes, a ordem do líder do governo, João Paulo, para que a polícia ocupasse o Congresso contra os manifestantes, e a determinação à Polícia federal para que se infiltre nos movimentos e faça um mapeamento para a futura repressão mostram bem a determinação do governo PT/Lula de impor a reforma neoliberal da previdência, as demais reformas e a contenção das lutas pela repressão.

Recessão e desemprego

A política econômica recessiva do governo motivou os capitalistas a demitirem em massa. Cerca de 600 mil cortes foram efetuados nos primeiros meses de administração petista. As montadoras acabam de publicar um plano de violentos cortes. Pressionam para o governo reduzir a carga tributária. Faz parte dessa situação a contestação do setor industrial quanto aos altos juros controlados pelo Banco Central. Alegam que as demissões são inevitáveis devido à impossibilidade de retomada do crescimento pela via dos crediários. Novos investimentos não podem ser feitos devido ao fechamento do mercado e juros altos. Quem paga na disputa entre o capital financeiro e o capital industrial/comercial são os assalariados, que perdem empre-

gos e têm seus ganhos diminuídos.

Posição da burocracia sindical petista

Tem alegado que o governo está iniciando e que, passado o período de transição, o governo fará mudanças de rumo. Será o momento de alimentar o crescimento econômico e implantar as metas de distribuição de renda. Esse argumento serve para manter as ilusões dos explorados em um governo que já se definiu pelos interesses do grande capital. E para evitar que os trabalhadores saiam em defesa do trabalho e salário; que cobrem do governo suas promessas de proteção ao emprego, fim da fome e reforma agrária.

Defender a independência do movimento operário e popular

Não se trata de confiar um só fio de cabelo no governo PT/Lula. Mas sim de organizar o movimento independente das massas por suas reivindicações. A cada situação empunhar as bandeiras que defendam os trabalhadores contra a exploração e os mobilizem. Fazem parte as bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas. A luta para derrotar a reforma da previdência está na ordem do dia, bem como enfrentar a onda de demissões. Coloca-se a propaganda e agitação pela aliança operário e camponesa e constituição da frente única antiimperialista.

Sem-terra e sem-teto ampliam movimentos pelo país

Nas últimas semanas, as ocupações de terra pelos sem-terra por todo o país e as ocupações de prédios e terrenos pelos sem-teto nas cidades têm ganhado destaque na situação nacional. E a burguesia, pelos meios de comunicação, tem feito campanha e se armado para conter os movimentos.

O MST retoma força

Os sem-terra estão ampliando as ocupações depois de anos seguidos de redução desse movimento. Essa diminuição das ocupações seguiu-se à medida provisória que as criminalizou, retirando as terras ocupadas do programa de reforma agrária, inviabilizando sua desapropriação. Na campanha eleitoral do ano passado, os sem-terra apoiaram Lula diante da sua promessa de fazer a reforma agrária, ainda que Lula também promettesse aos fazendeiros que não tocaria em suas terras. Logo no início do governo Lula, o MST pressionou o governo para que revogasse a medida provisória contra as ocupações. Fez várias ocupações de prédios públicos, mas foi derrotado pelas pressões e compromissos do governo Lula com os latifundiários e a burguesia em geral.

A reunião de Lula com o MST mostrou a impossibilidade de contenção das ocupações pelas direções e a impotência do governo para realizar a reforma agrária, pelos compromissos assumidos. As milhares de famílias acampadas nas beiras de estradas pelo país já mostravam cansaço de esperar pelo governo, que faz ainda menos assentamentos que o governo de FHC. O cotidiano miserável nos acampamentos junto às cercas dos ricos latifúndios alimenta a tendência às ocupações. Apesar de toda a vontade de colaboração das direções do MST com o governo Lula, não são capazes de impedir que os famintos lutem pela sobrevivência. Depois de seis meses de espera, as ocupações são retomadas pelo país, com destaque para as de Pernambuco, Pontal do Paranapanema (São Paulo) e no Sul do País (Paraná e Rio Grande do

Sul). Em Pernambuco, os sem-terra tiveram de voltar a usar os saques para sobreviver. No Pontal, as ocupações enfrentam os fazendeiros e a repressão sobre as lideranças (José Rainha foi preso novamente e condenado a 32 meses de prisão). No Sul, os fazendeiros se armam abertamente, com aval do ministro da agricultura, para enfrentar as ocupações. E ousam bloquear, com armas nas mãos, a passagem da marcha dos sem-terra. No Paraná, chegaram a invadir e atacar acampamentos de sem-terra.

Os sem-teto se movimentam nas cidades

O avanço da crise capitalista tem ampliado a miséria nas cidades. O crescimento do número de desempregados, aliado ao arrocho salarial e piora das condições trabalhistas, amplia a miséria. Já não é possível a milhares de famílias sustentar a moradia com baixos salários ou sem eles. O elevado número de sem-teto cria condições para a ação coletiva, com movimento de massa. Ao mesmo tempo em que os sem-terra ampliam as ocupações no campo, os sem-teto realizam movimentos nas cidades.

Em São Paulo, mais de 3 mil famílias ocuparam três grandes edifícios no centro da cidade. Em São Bernardo do Campo, em frente à Volkswagen, milhares de famílias ocuparam um terreno vazio da empresa e estão acampados, reivindicando moradia (ver manifesto neste jornal).

Os sem-teto têm sido despejados, com resistência, e seguem acampando nas ruas (em frente à CDHU de São Paulo e depois na Praça da República) e ocupando novos prédios ou terrenos (Zona Leste). Têm feito atos públicos e passeatas pelas cidades, para reivindicar apoio da população e pressionar os governos federal, estadual e municipal a atenderem as reivindicações.

O governo Alckmin (PSDB) tem se esmerado em fazer cumprir as ordens de reintegração de posse, para ajudar a pressionar o governo federal a reprimir

os movimentos e para atender às pressões da própria burguesia paulista.

A repressão e a campanha da burguesia

A retomada de movimentos no campo e nas cidades tem sido combatida pela burguesia com repressão e com propaganda. Bastou a morte de um fotógrafo em frente ao acampamento em São Bernardo, assassinado num assalto, para que se associasse o crime à ocupação e aos movimentos dos sem-terra. A imprensa mostra as fotos dos jagunços dos fazendeiros armados até os dentes e treinando para matar os sem-terra. Com esse armamento, os jagunços agiram sob os olhos do governo, cercaram uma marcha dos sem-terra no Sul e os obrigam a recuar. O ministro da agricultura diz aos fazendeiros para que se preparem para defender suas terras por si mesmos, estimulando o armamento. Os fazendeiros processam José Stédile, do MST, e conseguem a condenação de José Rainha. O deputado Jungman (PMDB) pede ao governo que "democraticamente baixe o pau" sobre os sem-terra.

A campanha da burguesia contra os movimentos de sem-terra e sem-teto tem como objetivos: a) disciplinar as direções do movimento, de forma a que elas atuem para contê-los, e não estimulá-los; b) pressionar o governo para que atue de forma mais repressiva contra as ocupações; c) jogar a opinião pública contra o MST e MTST; d) evitar que a ampliação desses movimentos contamine o movimento operário, popular e estudantil, criando uma situação convulsiva no país, de lutas generalizadas.

Falta a unidade com o movimento operário

A luta dos sem-terra no campo e dos sem-teto nas cidades avança e encontra seus limites na falta de ligação com o movimento operário. Para os sem-teto, é fundamental obter o apoio dos sindicatos, que deveriam ter em suas pautas de reivindicação a moradia aos assalaria-

dos. Para os sem-terra, a unidade com o movimento operário é a condição para a destruição do latifúndio e aplicação da tecnologia à produção agrícola, que são possíveis somente como parte da revolução agrária. No entanto, as direções dos sindicatos e da CUT limitam seu apoio à presença física e fornecimento de alimentos. Não há a organização da luta operária, que mexe com a produção e afeta diretamente o lucro capitalista, de

modo a que jogue um papel decisivo nessas lutas. A burocracia do sindicato metalúrgico de São Bernardo prestou solidariedade formal à ocupação do terreno da Volks e nada mais fez para mobilizar.

A ausência de um partido revolucionário enraizado nos movimentos é o maior obstáculo. Isso porque permite o predomínio do reformismo e da Igreja sobre esses movimentos, alimentando

assim as ilusões no atual governo e nas instituições da burguesia (parlamento, poder judiciário etc.), e não nas próprias forças da mobilização.

O avanço dos movimentos de sem-terra e sem-teto depende de manter sua mobilização e ampliá-la para as fábricas, bairros e escolas. É a luta nacional de massa que pode levar a conquistas, contra a política e os compromissos do governo do PT/Lula.

Todo apoio à ocupação dos sem-teto (Santo Dias)

Manifesto do POR distribuído na passeata de 28/07/2003

A ocupação do terreno da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP), que começou há uma semana com cerca de 300 famílias e hoje conta com mais de 3 mil, se destacou numa situação em que milhares de sem-teto ocupam prédios nas cidades e os sem-terra têm realizado movimentos por todo o país.

Os oprimidos têm de recorrer à ocupação de prédios e terrenos porque o sistema capitalista em crise não lhes dá condições mínimas de sobrevivência. O desemprego está batendo recordes a cada mês. Sem emprego, os trabalhadores e suas famílias são jogados na miséria absoluta. Já é difícil comer; pagar pela moradia, então, nem se fale. Quanto aos trabalhadores que têm emprego, pagam-lhes salários tão baixos que não são suficientes nem para garantir a alimentação das famílias. E os capitalistas ainda pioram as coisas com a redução de salários e direitos.

Enquanto os oprimidos não têm nem um teto para se abrigar, os capitalistas ainda ganham terrenos públicos para aumentarem seus lucros. É o caso do terreno em frente à Volks, que foi uma concessão do governo estadual para que se construísse uma fábrica de caminhões. Quando a fábrica não interessou mais aos capitalistas, eles a demoliram e pretendem vender o terreno para abocanhar 17 milhões de reais. Para os capitalistas, os governos dão grandes terrenos e isenção de impostos. Para os assalariados, nem mesmo um teto para morar.

A ocupação do terreno da Volks

ocorreu na mesma semana em que mais 3 mil famílias ocuparam 4 edifícios em São Paulo. O motivo é o mesmo, é a falta de moradia, que deixa as pessoas com duas opções: ou ocupam prédios e terrenos ou ficam nas ruas.

A ocupação de prédios e terrenos é o meio encontrado pelos oprimidos para conquistarem a moradia. Sozinhos, são ignorados pelos governos. A ação coletiva é o que dá força para serem ouvidos e terem suas reivindicações atendidas.

A **organização do movimento** e sua **democracia interna** é o que dá força para a **ação coletiva**. As assembleias são a organização maior, delas é que saem as decisões coletivas do movimento. As **comissões** são meios de se colocar em prática as decisões das assembleias, com a participação de todos.

A **independência** do movimento permite que possa expressar as necessidades dos sem-teto e lutar consequentemente por elas. O que significa enfrentar os governos e os capitalistas e seus instrumentos de pressão e repressão.

A ocupação acertou quando foi aos bairros e chamar todos os que necessitam de moradia para se juntarem ao movimento. O número de famílias se multiplicou e tornou o movimento de massa. Quando a Volks conseguiu a ordem judicial de desocupação, o movimento já tinha aumentado muito sua força e dificultou a ação repressiva.

Falta ainda um maior apoio dos sindicatos e do movimento operário à ocupação. **A reivindicação de moradia deve**



fazer parte da pauta de reivindicações dos sindicatos, e o movimento operário, que lida diretamente com a produção, é o que tem mais força para conquistá-la. A luta pela moradia tem de se ligar à luta contra a exploração capitalista nas fábricas, e à luta contra toda opressão nas ruas.

O maior apoio que se pode dar ao movimento é sua projeção. Divulgar essa luta entre todos os oprimidos, nos boletins dos sindicatos e nas publicações dos movimentos. Realizar manifestações de apoio. Pressionar os governantes para que atendam às reivindicações do movimento e não o reprimam. Apoiar outras ocupações. **Assim como é a luta coletiva que dá a força a uma ocupação, também é a unidade entre os movimentos que dá força a todos eles no conjunto.**

O POR apóia a ocupação Santo Dias e defende a realização de uma campanha unitária de todas as organizações dos movimentos operário, camponês, popular e estudiantil, e de todas as correntes e partidos que se reivindicam dos oprimidos em favor da ocupação e do atendimento das reivindicações dos sem-teto. **Atos públicos, passeatas, bloqueios de avenidas, paralisações na produção, coleta de alimentos e tudo mais que possa ajudar a ocupação a chegar à vitória com a conquista do terreno e teto para suas famílias.**

A primeira semana da ocupação do terreno da Volkswagen em SBC

Sábado dia 19/07

Cerca de 800 pessoas ocuparam até as 15h do sábado um terreno da Volkswagen no número 1.277 da avenida Doutor José Fornari, no bairro Ferrazópolis, em São Bernardo, onde, até 1990, funcionava a fábrica de caminhões da empresa. A ocupação começou por volta das 3h sob a coordenação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), e iria prosseguir pela madrugada do domingo.

Por volta das 7h deste sábado, um carro de som percorreu ruas do bairro convocando a população para engrossar a ocupação. Segundo a líder do MTST, a maioria das famílias são de bolsões de pobreza no Grande ABC. "Nós nos juntamos para lutar pela moradia. Fizemos uma pesquisa e levantamos que essa terra é ociosa e não cumpre sua função social. Queremos reivindicar da Prefeitura que decreta o terreno de utilidade pública com base no Estatuto das Cidades."

Domingo dia 20/07

O acampamento dos sem-teto tem novas adesões no segundo dia da ocupação. A coordenação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) estimava em mais de duas mil as famílias no local, contra as 400 recrutadas inicialmente.

A coordenação do movimento elegeram como nome do acampamento Santo Dias – metalúrgico morto pela polícia numa greve na capital em 1979.

Em assembléia realizada no terreno, a ocupação ganhou o apoio formal de representantes políticos e comunitários da região, inclusive da comissão de fábrica dos trabalhadores da Volks, que se manifestaram em discursos para os sem-teto.

"Acreditamos que a terra deve ser compartilhada por pessoas que vivem em áreas de risco. Amanhã (nesta segunda) montaremos uma comissão de fábrica para conversar com o vice-presidente do comitê internacional dos trabalhadores da Volks, Wagner Santana. Também nos mobilizaremos para trazer alimentos não-perecíveis para os sem-teto",

disse o representante do grupo, durante a assembléia.

Segunda dia 21/07

A ocupação não parou de receber pessoas que chegavam das imediações no terceiro dia da ocupação coordenada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). No dia em que a montadora anunciou corte de 4 mil vagas, entre 3,5 mil e 4 mil famílias já ocupavam o terreno da antiga fábrica de caminhões da empresa.

Na assembléia de segunda, os coordenadores da ocupação explicaram os motivos do movimento, as razões para a escolha do terreno e como será a comunidade integrada que eles querem criar.

A Volks confirmou que o terreno está em processo de venda. A área foi objeto de várias especulações nos últimos anos: supermercado, construção imobiliária e até parque aquático. As atividades da Volks no local terminaram no início dos anos 90, após problemas com enchentes, e transferida para Resende (RJ) em 1995.

O banheiro é único, mas alguns integrantes do MTST ensinam, aos poucos, a fazer uma fossa. Comida e remédios chegam doados por entidades sociais e assistenciais e de igrejas da região. A solução de boa parte das famílias é fazer pequenas fogueiras e se ajudar mutuamente.

Terça dia 22/07

A Justiça de São Bernardo concedeu no final da tarde de terça-feira uma ação de reintegração de posse em favor da Volkswagen e contra os ocupantes. Com respaldo da Justiça, a ordem de retirada das famílias instaladas no terreno poderia acontecer a qualquer momento.

A ação, com pedido de liminar, foi apresentada pelos advogados da montadora na segunda-feira à 4ª Vara Cível do município e, 24 horas depois, aprovada pela juíza Maria de Fátima dos Santos Gomes. Os advogados do MTST entraram com uma liminar na Justiça.

A coordenação se reuniu na noite de terça-feira para discutir o que fazer juridicamente.

A área de 200 mil m² foi dividida em cinco brigadas, cada uma com cerca de mil famílias. "Estas deverão ser orientadas por duplas de coordenadores sobre os objetivos e futuros compromissos do movimento com o terreno, caso realmente consigamos a desapropriação", disse um membro da coordenação estadual do MTST.

Até a noite de terça-feira, famílias improvisavam estacas para montar barracos no local. Políticos do PT, entre eles o deputado federal Ivan Valente (PT-SC), da ala esquerda, continuavam articulações com Brasília para buscar uma solução negociada.

Quarta dia 23/07

Os sem-teto que ocuparam o terreno da Volkswagen ainda permanecem no local, apesar da decisão da Justiça dessa terça-feira de reintegração de posse.

Esta quarta, é o quinto dia de ocupação e centenas de barracas estão montadas na área. Já são mais de cinco mil famílias no local.

O governador do Estado, Geraldo Alckmin, disse que o país vive uma situação muito preocupante: "É o espetáculo da ocupação, que agora é por hora, não é mais por dia", declarou, fazendo uma referência ao "espetáculo do crescimento" prometido pelo presidente Lula para este mês e às outras ocupações ocorridas em prédios da capital paulista. Ele garantiu ainda que todas as determinações da Justiça sobre reintegração de posse serão cumpridas "com ou sem a Polícia Militar". "Tudo será feito com muito rigor e, esperamos, sem conflitos", afirmou.

Entretanto, ainda não há expectativas por parte da PM de como ou quando será a ação no caso de retirada dos sem-teto do terreno de São Bernardo.

Uma série de reuniões aconteceram entre os coordenadores do movimento e grupos que os apóiam, como a Comissão de Fábrica da Volkswagen, que

negocia a não demissão de cerca de 4 mil trabalhadores da montadora. A comissão e o MTST anunciaram apoio mútuo para evitar "que os trabalhadores que estão para ser demitidos não venham a ser novos ocupantes de terrenos", como disseram representantes das duas partes. Acontece, porém, que essa mesma comissão da burocracia sindical metalúrgica não tem feito outra coisa senão apoiar os acordos de quebras de direitos trabalhistas na Volkswagen.

Quinta dia 24/07

Apesar de a Volkswagen ter conseguido a liminar de reintegração de posse do terreno na terça-feira, os integrantes do MTST não foram notificados na quarta-feira. O comandante da Polícia Militar da Região Metropolitana, que inclui o Grande ABC, afirmou que o efetivo militar de São Bernardo negociará a retirada dos acampados. Os advogados que apoiaram o MTST tentarão derrubar a liminar ainda nesta quinta-feira, mas os ocupantes garantiram que resistirão a uma ação de retirada.

Mesmo com a iminente reintegração

de posse, um dos coordenadores do MTST, afirmou que os ocupantes resistirão.

Houve na sede do CPAM-6 (Comando de Policiamento de Área do Grande ABC) uma reunião entre lideranças do movimento, representantes da Volks, do Judiciário e do comando da Polícia Militar.

Pela manhã, uma comissão de vereadores esteve na Câmara de São Bernardo e na Prefeitura para reivindicar "a mediação da Prefeitura no conflito junto aos governos estadual e federal".

A Prefeitura não atendeu uma solicitação anterior da comissão, que pedia o seguinte para a área invadida: caminhões-pipa para distribuição de água potável, pontos de coleta de lixo, distribuição de preservativos, instalação de banheiros, plantão médico no local, instalação de redes de água e esgoto e extensão da rede elétrica.

Sexta dia 25/07

—A PM (Polícia Militar) posicionou na sexta-feira dois bloqueios na avenida Doutor José Ferrari, onde está o acampamento. Próximo à entrada do local, fica

uma base móvel. Cones foram utilizados para estreitar a pista e permitir a passagem de apenas um veículo por vez.

A entrada principal do acampamento do MTST, onde ficam as equipes de reportagem, é observada de perto pela PM. Como a área do terreno de 200 mil m² estende-se por várias ruas, há entradas, no caso, que não são vigiadas, e por onde entram centenas de pessoas, carregando madeiras, fios, plásticos, barbantes e folhas de madeira para construção das barracas.

A ocupação de cerca de cinco mil famílias chegou à importância que teve a Vila Socialista, em Diadema, desocupada à base da tropa de choque e assassinato de trabalhadores. A lição que a Vila Socialista deixou foi que faltou apoio ativo do movimento operário. A ocupação do terreno da Volks tem tudo para ganhar esse apoio, dada à proximidade com a própria multinacional. A burocracia foi prestar solidariedade formal. O movimento deve fazer campanha direta junto aos operários metalúrgicos, que estão ameaçados de 4 mil demissões. A luta será dura, mas poderá ser vencida se o movimento dos sem-teto conquistar o apoio do proletariado.

Justiça de classe

A condenação de José Rainha, pelo juiz Atis de Araújo Oliveira, mostra o quanto a Justiça expressa os interesses da classe dominante. O juiz de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, impõe-se como o defensor de latifundiários, grileiros e senhores de jagunços.

Preso, sob a acusação de porte ilegal de armas, o líder do MST foi alvo de uma armadilha para arrancá-lo do seio dos camponeses que lutam pela terra.

É longa a história de perseguições judicial e policial a José Rainha. Também sofreu atentados sem que os conhecidos responsáveis sofressem conseqüências.

Recentemente, fazendeiros do Pontal convocaram a imprensa e apresentaram uma milícia encapuzada, que armas em punho ameaçaram de morte os camponeses. Os latifundiários têm um exército próprio. Tudo considerado dentro da lei. Ou seja, do princípio burguês do direito de defesa da propriedade dos meios de produção.

Os camponeses podem morrer de

fome. A miséria e todas as chagas dela decorrentes igualmente são legais, fazem parte da lei econômica de exploração do trabalho e acumulação de capital. Defender a propriedade capitalista com a violência de classe é tão legal quanto expulsar os camponeses da terra, desempregar milhões de trabalhadores e impor-lhes o regime de fome.

Nesse ordenamento, as milhares de famílias que se lançam à ocupação dos latifúndios são classificadas como quadrilhas de assaltantes; e seus líderes enquadrados na figura jurídica de "formação de quadrilha". Inúmeros líderes do MST estão ameaçados pelos processos, aplicados em defesa de latifundiários. Essa é a melhor das hipóteses. O movimento dos camponeses está marcado por assassinatos de seus organizadores e genocídios, como os de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

O juiz considerou a condenação de José Rainha um ato de defesa do "Estado

de Direito". Aplicou-lhe uma pena acima do mínimo legal, justificando os perigos de violação da lei e da ordem. E encarcerou o líder do MST numa prisão de segurança máxima como criminoso comum. A repressão totalitária expressa os fundamentos de classe da Justiça e o funcionamento do Estado de Direito burguês, que permite a um juiz praticar a mais tosca arbitrariedade. A condenação de José Rainha por porte ilegal de arma é um deslavado alíbe para atacar o movimento camponês.

Está aberta a campanha para libertar José Rainha e defender a luta dos camponeses sem terra. Trata-se de uma campanha de libertação de um preso político. Faz parte dela a exigência para que PT/Lula acione o Ministro da Justiça a se colocar contra a condenação e providenciar a imediata libertação de José Rainha. Caso contrário estará assumindo a primeira prisão política sob seu governo.

Balanço do XVI Congresso da AFUSE

O XVI Congresso Estadual dos Funcionários da Educação realizou-se em um momento em que o governo PT/Lula apresenta as reformas neoliberais. Uma das fundamentais é a reforma da previdência, que propõe mais um ataque ao funcionalismo público em geral.

Iniciamos o balanço mostrando a realidade a qual nossa categoria atravessa.

Vivemos há 8 anos uma política da reformas neoliberais e de ataques ao funcionalismo, política esta aplicada à risca pelos governos a mando do FMI.

A reforma administrativa quebrou a estabilidade, extinguiu os cargos e favoreceu a política das contratações temporárias e a terceirização.

No Estado de São Paulo, o governo atacou e continua atacando profundamente os trabalhadores da Educação, mantém assim a aplicação das medidas de contenção de gastos e enxugamento da máquina estatal, tirando o salário e o trabalho do funcionário da educação.

Diante deste quadro qual a política da diretoria do sindicato?

Esta diretoria reduziu as reivindicações dos funcionários em educação, separou a luta contra as reformas, da luta por salários, e terminou dando prioridade às negociações. Em 2000, diante da greve dos trabalhadores em educação, aceitou o plano de carreira proposto pela Secretaria da Educação em um Conselho Estadual, e este plano não atendia sequer as reivindicações mínimas dos trabalhadores. Trouxe o agravante de dividir os funcionários em QAE (Quadro de Apoio Escolar) e QSE (Quadro

dos Servidores da Educação). Esse último ficou de fora da incorporação das gratificações oferecidas pela Secretaria. A direção quebrou a unidade da greve, para negociar migalhas, e prometer ao QSE que poderia resolver em pouco tempo de negociatas a divisão aceita pelo Plano de Carreira. Esta política não passou de embromação e a diretoria acabou por ajudar o governo a atacar ainda mais os trabalhadores.

A partir destas negociatas que favoreceram o governo, a diretoria de nosso sindicato não tem feito outra coisa a não ser aceitar as migalhas impostas. Em 2002, chegamos a 5%. Neste ano, apesar das tentativas da burocracia, o governo não acena nem mesmo com as migalhas. Até agora não recebeu os burocratas.

Os delegados de nosso Congresso não tiveram a oportunidade de discutir esses problemas, apenas ouviram discursos do presidente da entidade de que deveríamos começar o segundo semestre em greve. Esse diretor só não disse como fazer, nem quando chamará os trabalhadores para se reunir coletivamente para decidir o que fazer.

Um Congresso manipulado pela burocracia PT/Cutista

Nosso Congresso se realizou logo após o 8º Congresso da CUT Nacional, cuja Tese foi de apoio às reformas do governo Lula/PT. Portanto, o Congresso dos Funcionários da Educação teve como base a tese aprovada no Congresso da CUT.

Destacamos do Congresso da CUT o apoio ao governo Lula, que deixa claro sua definição pela política do grande ca-

pital financeiro e multinacional e pela proteção dos interesses gerais da classe capitalista. Dessa forma, a CUT coloca todo o movimento sob a linha do pacto social. Os pontos aprovados de mudanças da Reforma da Previdência não passam de jogo oposicionista, para não deixar claro o apoio da Central ao governo Lula. Está aí a política de conciliação de classe que é a de não impulsionar os trabalhadores para lutar por suas reivindicações mínimas.

Aí está a burocratização do nosso sindicato, a política vem pronta, excluindo os trabalhadores com os seus problemas reais do debate, introduzindo outros, para termos um Congresso distraconista e que na sua essência aprovou a linha política de Conciliação de Classe que foi o pacto social com o governo Lula.

Sobre as Reformas

Ao invés de defender a luta para derrotar as Reformas neoliberais, organizar a mobilização, apontar as assembléias como método de organização da categoria, votar pela unidade com o funcionalismo e levantar o método de luta que é a greve, como forma de brechar as Reformas neoliberais, os delegados do Congresso iludidos com a política distraconista, votaram pelas Reformas Trabalhista, Sindical e Tributária, votaram pela Reforma da Previdência, achando que o governo Lula tirará dos privilegiados, e que nós funcionários da educação não teremos nenhum prejuízo. Nesta linha política de que é possível reforma no capitalismo nosso Congresso foi arrastado para conciliar com o grande capital.

Formação Nacional – São Paulo

O curso nacional de Formação Política do POR foi realizado nos dias 19 e 20 em São Paulo. O texto base para a discussão foram os extratos dos textos de Marx e Engels publicados com o título "O materialismo histórico e as superestruturas ideológicas". A dinâmica do curso foi a de realização de grupos de leitura, estudo e discussão do texto, seguido de plenárias para a coletivização das conclusões. Destacamos a disciplina e concentração de militantes e simpatizan-

tes, que permitiram um bom aproveitamento coletivo do estudo.

No primeiro dia, priorizou-se o estudo dos conceitos mais fundamentais do materialismo, em oposição ao idealismo, da dialética em oposição à metafísica, dos conceitos de estrutura e superestrutura e de como se inter-relacionam, contradições fundamentais do capitalismo e superação pelo socialismo, e formação da consciência.

No segundo dia, vimos a questão da

moral de classe, ideologia dominante, concepção materialista da história, luta ideológica contra a burguesia.

No final, debateu-se bastante a questão do conceito de ideologia, que vai além do sistema de idéias, abarcando a construção de uma falsa consciência. Ideologia de que faz uso a classe dominante para se manter no poder, e que deve ser combatida pelo proletariado, que nesse processo tem de se contrapor à falsa consciência.

Manifesto ao XXIV ENEL – São Carlos

Enquanto, nos últimos anos, o ensino público vem sendo cada vez mais sucateado pelas políticas dos governos, que favorecem o crescimento das escolas particulares, os estudantes cada vez mais perdem as oportunidades de se contraporem a estas políticas, porque as direções de seu movimento (UNE, UEE's, DCE's e CA's) em geral aplicam uma política oposta a resolução dos problemas da Universidade e das reivindicações estudantis.

Tais direções do movimento se negam a organizar a luta em nível nacional e em unificar os estudantes (seja de escolas particulares ou públicas) em torno de bandeiras como Ensino público e gratuito para todos (o que pressupõe que seja único, laico e vinculado à produção social), estatização (sem indenização) das faculdades privadas (e sob controle da comunidade universitária), fim dos vestibulares etc. Em vez disso, optam pela defesa de bandeiras dis-

tracionistas e parciais, como a defesa das cotas, de crédito educativo, etc que a médio e longo prazo agravam a destruição do ensino público.

Assim, o reformismo no interior do movimento estudantil é impotente contra a política dos governos e leva à derrota das lutas porque se baseia nas pressões parlamentares e não na mobilização de massa, na independência do próprio movimento que pode arrancar suas reivindicações. Daí a necessidade de combater a política reformista (como do PT e PCdoB) das direções do movimento e sua consequência prática, que é o imobilismo e a despolitização dos estudantes.

Despolitização que se expressa, por exemplo, nos nossos Encontros, pois eles poderiam ser espaços privilegiados de articulação das lutas, de reconhecimento dos problemas concretos enfrentados em cada faculdade e da defesa de uma política revolucionária que

atendesse integralmente aos interesses dos estudantes, mas acabam se tornando mais um espaço despolitizado que reproduz a alienação reinante na sociedade capitalista.

A Corrente Proletária Estudantil, que também atua no movimento de Letras, vem para este Encontro Nacional defendendo uma política para o movimento, que procura expressar as tendências de luta dos estudantes contra as condições precárias a que são submetidos em seus cursos e em suas universidades, e a que são submetidos na própria sociedade capitalista, dividida entre classes sociais antagônicas e irreconciliáveis. Porque sabemos que os problemas da Educação não estão desvinculados dos restantes dos problemas da sociedade e que a resolução definitiva destes depende da superação do modo de produção capitalista pelo modo de produção socialista.

Algumas discussões do Encontro:

Conjuntura Nacional e Internacional

O Capitalismo em crise obriga os Estados nacionais (através de todos os seus governos, incluindo aí o governo Lula no Brasil) a destruírem a Educação e outros direitos, como os trabalhistas, previdenciários etc, sendo que este ataque corresponde às necessidades da burguesia imperialista de manter seu parasitismo, de garantir que os países atrasados (semi-coloniais) continuem pagando suas dívidas externas, em suma, de manter a opressão social e nacional.

Na conjuntura atual, a intervenção desta burguesia se dá sob a forma de intervencionismo bélico

(veja-se a guerra do Afeganistão e do Iraque) e econômico (com a criação dos grandes blocos, como a tentativa de implementação da ALCA). A única resposta possível a este intervencionismo é a mobilização de todos explorados, sob a política proletária. Nesse sentido, somente uma Frente Única Anti-Imperialista que lute pela autodeterminação incondicional dos povos, que lute para que o governo Lula rompa imediatamente com a Alca, que faça cessar imediatamente o pagamento da dívida externa, anular o acordo de entrega da Base de Alcântara aos EUA e o conjunto das reivindicações anti-imperialistas, pode combater as consequências nefastas do imperialismo sobre nossas vidas, particu-

larmente, sobre nossas condições de ensino.

O ENEL pode cumprir um papel bastante progressivo se organizar a formação de comitês anti-imperialistas. Se se contrapondo a política pró-imperialista do governo Lula que acena para a criação da ALCA em 2005 e com as diversas reformas destruidoras de direitos, como a da Previdência, a Trabalhista, a Sindical, etc, tirar um plano de lutas contra todas estas medidas neoliberais.

Realizamos nosso encontro no momento em que se discute a reforma da previdência. A essência dessa reforma é a taxação dos trabalhadores e aposentados, favorecimento da previdência privada e estrangulamento da previdência

pública em benefício do parasitismo financeiro. Preservará privilégios de juízes e militares e criará novos, como a pensão integral apenas para quem puder pagar previdência privada. Foi formulada no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que agrupa os maiores devedores da previdência, que agem em causa própria. Terá como uma de suas consequências a destruição de cursos, habilitações e disciplinas, devido à aposentadoria precoce de milhares de professores nas universidades, e tornará ainda menos atraente a carreira acadêmica, que se realiza na maioria das vezes nas universidades públicas.

Educação e Universidade

O problema fundamental da Universidade é que é controlada pela classe dominante, por isso expressa atualmente seu reacionarismo e decadência.

A privatização, o domínio dos grupos privados sobre a pesquisa, a avaliação punitiva e coercitiva, anticientífica, são meios de adaptar a universidade aos interesses da burguesia e às condições do capitalismo em crise. O meio para se combater essas tendências é a luta pela real autonomia universitária, pelo poder estudantil nas universidades, que devem se colocar ao lado dos explorados na luta pelo socialismo. Além disso, este meio pressupõe que são duas as condições para a realização destas tarefas: a destruição da burocracia universitária (as reitorias, congregações) que dirige autoritariamente a universidade e é correa de transmissão da classe dominante sobre ela, e a realização da aliança com classe operária. Isso porque a luta da comunidade universitária contra os governos e suas políticas refletem a luta de

classes, a contradição entre explorados e exploradores. Nesse sentido, a burocracia universitária representa os interesses dos governos e dos capitalistas, enquanto os alunos, professores e funcionários os combaterão por suas reivindicações, utilizando os métodos da classe operária (assembléias, passeatas, greves). Evidencia-se a cada luta a necessidade da força da mobilização externa à universidade, em particular do movimento operário, aquele ligado à produção. Essa condição objetiva leva à necessidade da aliança entre os estudantes (e professores e funcionários) e o proletariado. Mais ainda: só com a unidade com o proletariado será possível à comunidade universitária derrotar definitivamente a burguesia e seus governos e alcançar plenamente suas reivindicações.

Estatuto da Executiva Nacional de Letras

Atualmente, os executivos são escolhidos no Encontro Nacional, através das plenárias estaduais, regionais e nacional. Esta forma desvincula a atuação da Executiva da base dos estudantes, porque a responsabilidade de cada cargo é assumida circunstancialmente, não nas condições concretas do movimento em cada curso. Torna-se mais um ato de voluntarismo do que um compromisso com o movimento estudantil.

O estatuto da Exnel tem de possibilitar a mais ampla influência das bases sobre a organização. Os executivos devem ser indicados em assembléias de curso. Estas devem ser estimuladas como instrumento da democracia estudantil, de mobilização e ação coletiva.

Bandeiras de lutas da Exnel

Além das bandeiras gerais para o movimento estudantil que são imprescindíveis para a organização e luta pelas reivindicações, há na área de Letras duas questões essenciais que merecem atenção.

A primeira diz respeito à implementação de ciclos básicos em nossos cursos. A justificativa oficial é de que eles dariam uma formação mais ampla, geral da área, possibilitando um profissional mais "capacitado". Mas isso é falso. Seu mecanismo de atuação é justamente o oposto, pois enxuga os cursos, tornando-os menores e mais sucateados, possibilitando a não contratação de professores, uma vez que são precisos menos professores para matérias "gerais" ou "básicas" do que para as diferentes habilitações dentro de nossa área. É, portanto, mais um instrumento de destruição e sucateamento do Ensino Superior.

A segunda diz respeito às reformas das Licenciaturas. Os governos estaduais e federal buscam com a reforma não melhorar as licenciaturas, mas transformar o ensino superior numa grande escola de 3 grau, de formação de professores. Quebra assim o que resta de vinculação entre prática e teoria nos nossos cursos. Vai opor os cursos de Letras que dão direito ao bacharelado (portanto, à pesquisa e a continuidade na vida acadêmica) e os que dão direito à licenciatura (portanto, formando somente mão-de-obra, professores sem uma boa base teórica, impedidos de continuar em pesquisas acadêmicas).

Como bandeiras da Exnel temos que defender também: Não aos ciclos básicos e Não às reformas das Licenciaturas e investimento do Estado sobre as áreas de Humanidades, particularmente, sobre os nossos cursos de Letras.

Os inquisidores católicos no Piauí

Ao contrário do México e do Peru, no Brasil e também no resto da América espanhola e portuguesa não houve instalação de Tribunal da Inquisição católica. No entanto, é notório que muitas pessoas foram perseguidas, presas e outras enviadas à “santa fogueira”, no solo dominado pelos portugueses, o Brasil, e em particular, no Piauí.

Ao contrário do que muitos pensam, a Inquisição não perseguiu somente aqueles com certa riqueza, apesar de que, no Brasil, os Visitadores da Inquisição estiveram, primeiramente, no Nordeste do açúcar, e depois do século XVIII, na região mineira, e na entrada do Eldorado (Grão-Pará). A primeira ação desses senhores, cheios de bondade, era eliminar da terra os imorais e seqüestrar seus bens.

No Piauí, foram denunciadas, pelos Visitadores do Tribunal Inquisitorial de Lisboa, 21 pessoas. Grande parte desses já eram fugitivos (da Inquisição) de outras paragens do Brasil. Dos 21 denunciados, 13 por falta com a fé católica; 8 por incorreções de caráter sexual, inclusive alguns padres envolvidos.

Segundo os documentos sobre a Inquisição no Piauí, que se encontram na Torre do Tombo em Lisboa, o primeiro morador do Piauí a ser sentenciado foi Dionísio da Silva. Ele era paraibano e chegou ao Piauí por volta de 1730. Sua vinda para o Piauí se deu, primeiro, porque sua família estava sendo presa pelos inquisidores na sua terra natal, e também devido à crise do açúcar. Como muitos que fugiam de tal crise, o destino era ir em busca do ouro das minas gerais ou, a mais trabalhosa, ser fazendeiro nas novas terras pecuaristas, às margens dos rios do Sul do Piauí, por onde se iniciou a colonização e povoamento daquele lugar.

Dionísio pertencia à uma família

de cristãos-novos, que por isso deveriam respeitar e cultuar a prática católica da fé. Mas acontece que, segundo consta, Dionísio, escondido, praticava também o culto à sua religião, a judaica: conservava o descanso do sábado; não comia carne de porco ou lebre; e seguia outros ensinamentos de Moisés.

O mandato de prisão emitido pelo “santo ofício”, traz a data de 1734, mas Dionísio só veio a ser preso sete anos depois. Preso, Dionísio foi encaminhado para a casa de torturas. No dia 23 de janeiro de 1744, foi colocado no “potro” - uma espécie de cama de madeira - onde o réu era amarrado tendo suas pernas e braços apertados por correias de couro até provocar insuportáveis dores e hematomas. Ele ouviu sua sentença no Auto de Fé de 21 de junho do mesmo ano, sendo condenado a abjurar seus erros judaicos, a cumprir algumas penitências espirituais, como rezar salmos, comungar e confessar nas principais festas litúrgicas do ano e usar o *sambenito* (roupa obrigatória, usada para deixar visível que se tratava de um desobediente) para sempre.

Descendentes de um dos maiores assassinos dos indígenas do Piauí, os Castelo Branco, foram os únicos, que se tem notícia, a requererem título de Familiar da Inquisição, representando o Piauí. Essa família enviou, no dia 12 de maio, e outro no dia 12 de agosto do ano de 1783, o nome de dois de seus membros, ao “santo ofício”: Félix do Rego Castelo Branco e Antonio do Rego C. Branco. Os castelios Branco gozavam de muito prestígio nessas terras, tinham influência em outras Capitânicas. O primeiro Castelo Branco a se fixar em terras piauienses era muito próximo do primeiro governador (João Pereira Caldas) desse lugar. Ele assumiu altos postos militar, chegando a ser

Tenente Coronel, quando foi incumbido de dar fim aos indígenas (Gueguês) rebeldes da região pecuarista (Sul) piauiense. Sua primeira campanha contra os indígenas foi em 1767, quando já, rapidamente, mostrava um “bom” trabalho. Como recompensa, o monarca português lhe deu a comenda do Hábito de Cristo, e mais uma gorda pensão/anual. No período em que o Piauí ficou sem governador (a partir de 1755), foi criada uma Junta Trina, e Castelo Branco estava entre seus membros. Em 1779, o Castelo Branco (velho) e seus dois filhos (indicados a Familiar da Inquisição), saem em nova expedição contra os indígenas, dessa vez o alvo eram os Pimenteiros. É nesse período que os Castelo Branco enviaram requerimento dando informes de que a preocupação deles era com os infiéis e os selvagens, como justificativa para sua aceitação como membro da Familiar. É sabido que os Castelo Branco tinham enorme poder no Piauí, no final do século XVIII. Eles tinham, na família, uma base militar e eclesial. Ou seja, tudo para que fossem aceitos na Familiar da Inquisição. No entanto, não chegaram a ser incorporados como membros daquela organização. O processo durou de 1883 a 1887, no qual foram enviados diversos documentos atestando a boa antecedência dos candidatos. E, até os dias atuais, consta que não houve, no Piauí, membros diretos das organizações (Familiar ou Comissário) do “Santo Ofício”. Por isso, o Piauí continuou recebendo os Visitadores da Inquisição, enquanto durou tal prática católica. Em geral, os Visitadores vinham do Maranhão, Grão-Pará, Pernambuco e até do Ceará. Não se tem notícia também, se houve pedido aos órgãos competentes sobre a fixação de algum Comissário ou Familiar em solo piauiense.

Burocracia sindical impõe apoio ao governo

O que foi o 4º Congresso Metalúrgico do ABC

Depois de um mês de debate, se encerrou no dia 27/07, o 4º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, que teve como tema central a Reforma Sindical.

Durante o Congresso, a direção do Sindicato mostrou-se totalmente atrelada ao governo. Isto porque convidou para falar nas plenárias que debateriam as reformas o Secretário do Trabalho Bargas, que defendeu a Reforma Sindical. O Deputado José Mentor, que defendeu a Reforma Tributária. Além do Senador Aloísio Mercadante e do Ministro da Fazenda Antônio Palocci, que defenderam a política econômica e as Reformas Neoliberais do governo.

O POR participou do Congresso apresentando emendas aos principais temas do Caderno de Teses. Fez um boletim com as emendas e distribuiu nas principais empresas da categoria.

Nos dias 26 e 27/7, foram colocadas em votação todas as emendas apresentadas ao caderno de teses.

No dia 26/7, o primeiro debate a ser feito foi sobre a situação Mundial, Nacional e a ALCA.

Neste debate existiram três posições:

1º A Articulação Sindical (PT), que defendeu a manutenção dos acordos com o FMI e o pagamento da dívida Externa, e as negociações da ALCA. Argumentavam que em um mundo globalizado não se poderia romper com os EUA, pois é um dos principais importadores de produtos brasileiros. Diziam também que o governo deveria aumentar o poder de negociação do Mercosul, para se contrapor aos EUA.

2º O PSTU defendeu o rompimento de todos os acordos com o FMI, não pagamento da Dívida Externa. E sobre a ALCA, exigiam que o governo Lula convocasse um plebiscito oficial para que os trabalhadores decidissem se aceitariam ou não a ALCA.

3º O POR defendeu: Que o Congresso se colocasse a favor da anti-imperialista. Rompimento de todos os acordos

com as potências imperialistas. Não pagamento da dívida externa e que o governo Lula rompesse já com as negociações da ALCA.

O próximo debate a ser feito foi sobre a posição do Sindicato frente ao governo.

Vejam o que defendeu cada Corrente:

1º - A Articulação defendeu apoio total ao governo. Diziam que não poderiam deixar de apoiar um governo que eles ajudaram a eleger e que o sucesso do governo dependeria do apoio dos trabalhadores.

2º - O PSTU, defendeu não apoio ao governo e que o sindicato tem de ser independente do governo. Porém, não aceitou colocar em sua formulação que se trata de um governo pró-imperialista e a serviço da burguesia. Alegou que esta formulação afastaria os delegados presentes no Congresso.

3º - O POR defendeu a Independência do Sindicato frente ao governo. Não apoio ao governo Lula. Que o governo Lula se constituiu de aliança com setores da burguesia e partidos que sustentaram por oito anos o governo de FHC. Defendeu que o Congresso aprovasse um plano de lutas para derrotar nas ruas as Reformas Neoliberais do governo PT/Lula.

Ainda no dia 26/7, foi debatido o Balanço da Atuação do Sindicato.

O primeiro a fazer o balanço foi o PSTU, que denunciou os acordos de terceirização, redução de salários, contratos temporários e demissões feitos nos últimos anos pela direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC na categoria.

O segundo foi a Articulação Sindical PT, que defendeu a atuação da Direção do Sindicato nos últimos anos. Disse que os acordos foram a garantia de empregos e acusou o militante do PSTU de falso. Pois, aqui no ABC, criticava os

acordos feitos pela direção do sindicato e, em São José dos Campos, o PSTU fazia acordos de Lay-Off, que demite trabalhadores.

O militante do POR criticou tanto a política do Sindicato de São José dos Campos, PSTU, como a política do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que são de acordos sem lutas, pois não organizaram um plano de lutas unificadas para combater a reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas implementadas pelos patrões nos últimos anos.

Colocou para o Congresso a tarefa de rejeitar todos os acordos de terceirização, Redução de Salários, Contratos Temporários, Salários diferenciados e Demissões. E o fim da política dos acordos sem lutas. Porém, como a maioria dos delegados era da Articulação, a emenda não foi aprovada.

Reforma Sindical

A direção do sindicato votou pela Pluralidade Sindical. Alegam que a estrutura sindical vigente (Unicidade), é sinônima de corporativismo e impede a liberdade e autonomia na organização dos trabalhadores.

O PSTU, também votou pela Pluralidade.

O POR defendeu: Que o Estado reconheça o direito irrestrito dos trabalhadores se organizarem. Nenhuma intervenção do Ministério do Trabalho nas lutas, entre trabalhadores e patrão, Fim da Lei antigreve e Fim do Imposto Sindical.

Mudanças Estatutárias

Todas as emendas apresentadas para a modificação do Estatuto foram feitas pela diretoria do sindicato, Articulação Sindical. Todas as mudanças eram de diminuição dos prazos para inscrição de chapas para participar das eleições. Esta é uma forma de dificultar a inscrição de qualquer corrente de oposição à direção do sindicato.

Sobre as teses do 4º Congresso dos metalúrgicos do ABC

As discussões e votações foram marcada, principalmente, entre a chapa 1, representada pela diretoria do Sindicato, e a chapa 2, de oposição. A chapa 1 expressou a política do PT/Articulação e a 2 esteve constituída por uma frente que representou posições do POR e PSTU, mas que também aglutinou ex-petistas.

A direção procurou inviabilizar a presença da oposição, exigindo que a chapa obtivesse 33% dos votos da reunião da fábrica. Somente por esse critério antidemocrático, excludente e absurdo, podemos saber a que grau de burocratização alcançou o Congresso. Mas é bom citar, também, o fato de só se ter publicado as Teses da direção. Ao não assegurar o direito democrático dos opositoristas terem publicadas suas Teses, ficou evidente o método da burocracia de bloquear o acesso das fábricas e dos delegados às divergências e impor o monolitismo (posição única).

Para que não se configurasse, no Congresso, o burocratismo ditatorial, a direção publicou um Caderno de Emendas. A chapa 2 teve de usar essa publicação para poder expressar seus pontos de vista. Assim, não estiveram garantidos o critério democrático e método classista de divulgar antecipadamente todas as teses e, no Congresso, votá-las umas contra as outras.

Nesse processo, também a chapa 2 ficou marcada por deformações: não pôde comparecer com Tese única e claras diferenças para a eleição dos delegados. Mas, no Caderno de Emendas, é visível posições distintas do POR e PSTU, bem como havia diferenças entre os delegados da oposição que não são membros de nenhuma das correntes organizadas.

Por exemplo, a chapa 2 compareceu dividida no ponto da reforma sindical e com importantes diferenças na caracterização do governo Lula e resposta à sua política. Logo se observa, no Caderno de Emendas, que o processo de eleição de delegados não primou pelo debate, amadurecimento das diferenças e claro posicionamento do voto.

A mutilação burocrática do Congresso pela direção impôs tais distorções. Evidentemente, não é de interesse e nem orientação da burocracia sindical ter um Congresso que expressasse posições discutidas nas bases e que contasse com delegados preparados para defender posições classistas e de luta. O 4º Congresso foi convocado com o objetivo de aprovar o apoio do Sindicato ao governo Lula e dizer amém à política de colaboração de classe de sua direção. Quanto menos discussão

nas fábricas, quanto menos clareza nas divergências e quanto menos visão crítica dos trabalhadores, melhor para que o Congresso não servisse às lutas contra a classe capitalista e ao governo PT/Lula que passou a administrar o Estado burguês, colocando-se a serviço do grande capital.

O fundamental dessa experiência é que o POR, ainda que embrionariamente ligado ao proletariado, pôde defender com clareza e firmeza as posições revolucionárias, embora sua militância esteja constantemente sendo ameaçada de violência física pela burocracia.

Nasce um novo Brasil?

O título de abertura das Teses oficiais do Sindicato é: 'Nasce um novo Brasil'. Refere-se à vitória eleitoral do PT e sua coligação. Afirma-se que constitui um acontecimento histórico comparável à Abolição e à Proclamação da República. Lembremos que esses dois acontecimentos são parte do desenvolvimento do capitalismo, que substituiu a arcaica escravidão pela 'escravidão moderna' do trabalhador assalariado. E que a República não foi senão a edificação do Estado burguês, que não passa de instrumento da ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e o conjunto dos explorados (camponeses pobres e classe média urbana).

A Tese compara sem mais nem menos dois acontecimentos de implantação do capitalismo, de forma abstrata, e acaba por reivindicá-los em um documento para o Congresso de operários metalúrgicos, portanto como se fosse da classe operária. Certamente, a eleição do PT/Lula/PL/PCdoB não poderia ser comparada com acontecimentos em que os oprimidos se levantaram contra os opressores. A Abolição esteve sob a condução de uma das frações burguesas e foi exigida pelo imperialismo inglês, desde o momento em que já não lhe interessava o tráfico negreiro e que era necessário implantar no Brasil o capitalismo na sua forma plena. Mas os escravos protagonizaram revoltas e sofreram esmagamento. O proletariado considera as revoltas dos quilombos como os grandes acontecimentos. Embora os escravos não pudessem destruir o sistema de exploração e passaram a ser mão de obra assalariada, travaram a luta de classe.

A República começou provocando genocídio. Esmagou camponeses sertanejos em Canudos e, na seqüência, camponeses de Contestado. Os camponeses apenas re-

sistiam à opressão de classe que vinha do sistema colonial e continuava sob nova forma no capitalismo. Também realizaram resistência limitada, não podendo ir além da defesa da terra. A burguesia republicana não deixou de se assentar no latifúndio e se desenvolveu como parte da oligarquia escravista. O proletariado reivindica como dois grandes acontecimentos históricos a resistência de Canudos e Contestado.

O proletariado, ainda embrionário, levantou-se em sua primeira greve geral em 1917. Levantou barricadas e enfrentou brutal repressão. Tombou na luta o operário José I. Martinez, expressando o choque dos grevistas, na fábrica Mariângela, em São Paulo.

Está aí um dos grandes acontecimentos da história da luta de classe do proletariado contra a exploração capitalista e opressão política da República. O proletariado reivindica a greve de 1917, como lição de combate, e mostra como a República não passa de ditadura de classe dos capitalistas contra os explorados.

É claro que as Teses do PT/Articulação tinham de comparar a eleição de Lula com instituições da burguesia e sua história e não com os enfrentamentos dos explorados a essa classe e suas instituições. A comparação é falsa em todos os sentidos, mas o que há de maior descaramento é utilizá-la para dizer que se trata de uma mudança em que a burguesia foi derrotada e os explorados podem enfim se emancipar. A exaltação de que, com o governo PT/Lula, nasce um novo Brasil não passa de exitismo pequeno-burguês. O capitalismo semi-colonial continuará marchando para a decadência. As oligarquias burguesas continuarão a comandar o Estado. O imperialismo não deixará de saquear o País. E as massas famintas não se livrarão dessa condição de explorados.

Mais uma falsa comparação

Eis a estapafúrdia conclusão das Teses: 'Repetiu-se, entre nós, em daqueles contextos históricos em que, por um lado, os de cima já não conseguiam governar, enquanto os de baixo já alcançavam um grau de fortalecimento, experiência de luta e maturidade política suficientes para inverter a correlação de forças que se arrastava por 500 anos'. Trata-se de uma caricatura da explicação de Lênin sobre a situação revolucionária, em que mostra que os de cima (a burguesia) já não conseguem governar e os de baixo (os explorados) já não se sentem governados.

A palavra 'repetiu-se entre nós' se refere a revoluções, como na Rússia de 1917 etc. É mais uma absurda comparação para esconder o verdadeiro valor histórico da vitória do PT/Lula, que é a de um partido que não é filho legítimo da burguesia (é um bastardo) e que foi assimilado por ela para defender os interesses do grande capital.

O sentido das Teses é convencer o Congresso metalúrgico de que o apoio eleitoral obtido pelo PT/Lula é 'um verdadeiro recomeço da democracia em nosso país' e a via para implantação de um 'novo modelo econômico', 'que terá o social como eixo'. Com isso, quer dizer que o novo governo desenvolverá uma política econômica e social de reformas em favor das massas. Dá a idéia que será possível governar com a burguesia, resolver a crise social (desemprego, miséria, fome) e evitar que se perda direitos, como tem ocorrido.

O governo de esquerda, unido à direita

Mas a mentira não vai longe. Logo em seguida ao reconhecimento do 'dramático desemprego', 'perdas salariais' e 'direitos anulados', procura justificar a ampla aliança de Lula com setores da burguesia e os compromissos de 'cumprimento dos contratos'. Reconhece que a vitória eleitoral dependeu da aliança burguesa e dos compromissos de defesa dos interesses do grande capital internacional. Caracteriza o governo assim: 'Temos um governo de esquerda, mas que não está formado apenas pela esquerda'. Com a fórmula genérica de 'esquerda', esconde o caráter de classe o governo.

O PT/Lula constituiu um governo burguês, uma vez que se assenta na defesa da propriedade capitalista e da continuidade da exploração do trabalho. E assumiu um plano econômico que se orienta à proteção do capital imperialista e do grande capital nacional. O lamento de que é um governo de esquerda, mas não só de esquerda, é uma justificativa para convencer a classe operária a ter paciência frente às medidas de ataque às suas condições de vida ('medidas amargas no plano econômico').

Considera esse governo como resultado da política dos explorados e que por isso os metalúrgicos tem a responsabilidade de apoiá-lo. Combater frontalmente o governo PT/Lula, que sustenta os interesses e a política econômica dos credores imperialistas, é 'sectarismo' e 'dogmatismo'. Acusa-nos de ajudar 'as forças que se opõem às mudanças estruturais de que o Brasil necessita. Mas acontece que as mudanças promovidas pelo governo Lula não estão de acordo com o que o Brasil necessita, mas de acordo com o que o imperialismo e o grande capital nacional necessitam.

As Teses não têm como apontar uma só

medida que afronta as forças burguesas dominantes. A burocracia sindical levou a classe operária a apoiar um governo de coligação burguesa e com um programa de compromisso com o capital financeiro e agora coloca para ela a responsabilidade de sustentá-lo, mesmo que esteja dando continuidade à política do governo FHC e demonstrando que mentiu aos explorados com promessas de emprego, fim da fome e reforma agrária. O sentido de responsabilidade frente ao novo governo significa sustentar reformas como a da previdência e trabalhista, que favorecem a exploração e acumulação de capital.

O governo Lula tem agido sob dependência da política econômica ditada pelo FMI e as medidas pontuais vêm sendo negociadas com as frações capitalistas, a ponto de se subordinar a acordo com governadores do PSDB, PFL, PMDB etc. Essas forças querem fazer mudanças estruturais? O senso de responsabilidade das Teses é de subordinação das organizações operárias à política dos de cima.

Comitê para gerenciar os negócios da burguesia

A burocracia mente grosseiramente quando diz que o governo Lula, 'ao contrário dos anteriores', não funciona 'como verdadeiro comitê de negócios a favor dos segmentos mais ricos e do capital especulativo'. Se não fosse assim, não decretaria um salário mínimo de 240,00 Reais, não protegeria os latifundiários contra as ocupações de terra, não admitiria a onda de demissão que tomou conta já nos primeiros meses de seu governo, não abriria caminho para a privatização da previdência, não estenderia o tempo de trabalho para o trabalhador se aposentar, não manteria a carga tributária sobre as costas dos assalariados (CPMF etc), não aceitaria as exigências de brutal superávit primário para pagar a gigantesca dívida externa etc. O governo do PT/Lula é sim um comitê de negócios da burguesia contra os explorados. As Teses consideram um grande feito o fato de, 'em larga medida', ministérios e postos-chaves estarem sob o controle de sindicalistas fundadores da CUT. O que completa o fato do Presidente da República ser um ex-operário metalúrgico. Com isso, chama a atenção para o fato desses homens terem sido forjados na luta e expressarem o programa da Central. Trata-se exatamente do contrário. Essa enorme quantidade de sindicalistas e militantes de esquerda no poder do Estado demonstra que expressam a política de colaboração de classe. Serviram de correia de transmissão da política burguesa e pequeno burguesa no seio das organizações operárias e se serviram delas para o carreirismo parlamen-

tar, governamental e ministerial.

Sob a democracia burguesa, foi forjada uma nova burocracia, que no passado se opôs à ditadura militar, mas não ao regime burguês, uma nova burocracia adaptada à democracia dos capitalistas, marcada pela influência do capital multinacional. Essa burocracia viabilizou o PT como instrumento da democracia burguesa. Fenômeno que se impôs frente a uma débil burguesia e um poderoso proletariado, rodeado de milhões de camponeses empobrecidos. Mas também uma burguesia débil frente às poderosas pressões da burguesia externa, imperialista.

A constituição de uma burocracia sindical capaz de controlar com mãos de ferro os sindicatos e centrais, e colocá-los sob a dependência do Estado, é outro aspecto do fenômeno. Certamente, não era de interesse da burguesia ter seu Estado dirigido por um partido que não é de sua inteira confiança. Um partido com um pé no trabalho e outro no grande capital é um fator de instabilidade do regime político, uma vez que terá de cumprir a função de um Comitê de seus negócios, estando sob pressão das massas exploradas. Os fatos estão demonstrando o quanto contraditória é a situação política: por todos os lados o governo PT/Lula sofre pressão. Pretende seguir à risca os acordos com o FMI, mas a crise econômica e social não lhe permite fazê-lo sem contrariar interesses particulares de grupos capitalistas e deteriorar rapidamente as condições de vida das massas, já profundamente golpeadas pelos planos econômicos anteriores.

Nessas condições, é tarefa da burocracia sindical ocupar todos os postos que lhes permitem estatizar ainda mais os sindicatos, desmoralizá-los frente às massas e bloquear a luta revolucionária dos oprimidos.

Política de apoio e de co-responsabilidade

As Teses fazem referência a um possível fracasso do governo PT/Lula, para argumentar em favor do apoio e co-responsabilidade. No caso de não dar certo, prevê: 'qualquer eventualidade de derrota - ninguém se iluda - resultará num ciclo amargo de ataques aos direitos dos trabalhadores, a sua organizações autênticas e anulação de todas as conquistas já em andamento ou em estágio de preparação'. O fracasso do PT/Lula diz respeito à política burguesa de solucionar a crise do capitalismo descarregando-a sobre as massas.

De fato, se o proletariado continuar sob sua dependência e não lutar por um governo próprio, um governo operário e camponês, pagará caro por suas ilusões. Que êxito procura um governo que se submete às

pressões do imperialismo e assume reformas antinacional e antipopular? Resposta: fortalecer o grande capital. Que apoio pretende dar a direção sindical cutista ao esse governo? Que as massas oprimidas não se mobilizem por suas reivindicações e se subordinem ao poder do Estado. Caso contrário, a burguesia exigirá violenta repressão.

O governo Lula idealiza-se como um governo que paire sobre todas as classes e frações, podendo assim negociar cada passo da crise. Sem dúvida, essa política fracassará e dará lugar a instabilidade, que, dependendo da extensão, obrigará a burguesia a conspirar contra o governo.

O proletariado terá de rejeitar a política de subordinação de suas organizações ao governo petista e desenvolver organismos próprios, como assembleias, comitês, rede de comissões de fábrica e potencializar sua capacidade de ação de massa. Está colocado construir o partido revolucionário, que aplique o programa da revolução e ditadura proletárias. Essa é a via para que a reação não se imponha diante do fracasso do governo de conciliação de classe do PT/Lula. Mas o que a burocracia apregou e aprovou no 4 Congresso foi a linha de co-responsabilidade com um governo de traição aos interesses do proletariado e dos camponeses pobres.

A ilusão participativa

No item 'Desafios Futuros', as Teses iniciam afirmando 'que, acima de tudo, o governo Lula vale como abertura de espaços ilimitados de participação dos trabalhadores, dos sindicatos e das organizações populares na definição das principais linhas de ação governamental'. Se os redatores das Teses se apoiassem um pouquinho na realidade logo não diriam que os trabalhadores têm espaço ilimitado na definição da política governamental. Não há nem mesmo espaço limitado. O que existe é a integração da burocracia sindical e de carreiristas que participam como instrumentos da política pró-capitalista.

Os 'espaços ilimitados' são o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fórum Nacional do Trabalho, Inkra e mais alguns postos na máquina do Estado. Em todos eles, os sindicalistas se encontram encabrestados pelas reais forças burguesas que comandam o Estado.

Tomemos o Inkra, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo Ministro é representante da esquerda, e que foi repellido pelos latifundiários. Por acaso os camponeses pobres e os sem-terra têm real poder de definição da política agrária do governo Lula? É claro que não. O MST foi obrigado a recrudescer as ocupações de terra, para ver se arranca mais

algumas centenas de assentamentos, que já provaram ser um paliativo para amortecer os combates no campo.

A reação da burguesia foi unânime, exigindo repressão. O governo não se desfez de nenhum dos instrumentos repressivos ao movimento camponês, embora este o reivindicasse. A linha mestra da falaciosa reforma agrária, que na realidade protege a estrutura agrária capitalista latifundiária determina os passos do governo. Os sindicalistas, ativistas e militantes de esquerda que passaram a ocupar cargos no governo têm de seguir a cartilha da oligarquia.

A ilusão participativa apregoadas pelas Teses tem por objetivo colocar sobre os ombros dos explorados a responsabilidade do êxito da política patronal e pró-imperialista assumida já de início de governo. E justificar as vantagens da co-responsabilidade.

Tema central do Congresso: reforma sindical

Com a Reforma sindical, as Teses considera uma oportunidade para 'introduzir uma verdadeira revolução nas relações de trabalho e na dinâmica da organização dos trabalhadores. Espera-se adotar o contrato coletivo de trabalho, pôr em prática a Convenção 87 da OIT e acabar com 'o peleguismo em escala nacional'. Espera-se também solução da fome, por meio do programa Fome Zero, da alteração nas relações de produção de alimentos e um projeto nacional de desenvolvimento soberano, que inclua renovação de frotas, retomada das Câmaras Setoriais etc.

Por esses pontos, logo se vê que as Teses não se apoiam nas necessidades e tarefas da classe operária, mas sim do capital, incluindo o multinacional (renovação de frotas). A experiência das Câmaras Setoriais comprovaram que somente os capitalistas lucraram com elas e as abandonaram quando já não mais serviam-lhes aos seus propósitos fiscais e trabalhistas.

Mas o destaque das Teses é para a Reforma sindical. A burocracia cutista pretende o fim da unicidade, a ser substituída pela pluralidade, fim progressivo do imposto sindical, mas manutenção da taxa negocial. Com o pluralismo, seriam mudados critérios como categoria, verticalização etc. Nas Teses do POR, assinadas pela corrente metalúrgica 'Nossa Classe', desenvolvemos a crítica a tal reforma e fazemos nosso posicionamento. Cabe aqui apenas responder ao blefe de que, com a Reforma, se acabará com o peleguismo.

Se é verdade que o peleguismo (burocracia sindical) viceja como parasita do dinheiro proveniente do imposto sindical e que se protege com a legislação da era varguista, isso não é suficiente para caracteri-

z-lo. O pluralismo sindical, que quer dizer possibilidade legal de constituir mais de um sindicato na mesma base territorial e na mesma categoria, e a extinção do imposto sindical não acabarão com o peleguismo, porque antes de tudo ele expressa a política burocrática de conciliação de classe. Corresponde ao fenômeno de adaptação política e social das lideranças sindicais que assumem a política avessa à luta de classe e de defesa do capitalismo.

O grau de estatização dos sindicatos e a prática de colaboração com o patronato indicam o quanto os sindicatos estão sob o controle do peleguismo e o quanto estão burocratizados. Nesse sentido, a burocracia montada pela CUT, tendo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC à frente, constitui um avançado estágio do peleguismo estatizante. Não é por acaso que os pelegos do ABC querem, por vontade própria, criar um 'novo sindicalismo', que rejeita a luta de classe e afasta as reivindicações próprias dos assalariados e procura encarnar a política de influência nas diretrizes governamentais, nas decisões do parlamento. Um 'sindicalismo cidadão' que auxilia o governo a realizar sua campanhas assistenciais, como Fome Zero, que advoga 'parcerias' com os patrões, que passa a empresariar com seus fundos, que serve de canal de negociação para flexibilizar os direitos trabalhista, como forma de barganha, que tenha livre trânsito nos gabinetes ministeriais etc.

Ao contrário, a tarefa de varrer o peleguismo e a máfia do sindicalismo tem por essência e ponto de partida a defesa de um programa revolucionário e dos métodos da luta de classe. Trata-se de substituir a burocracia colaboracionista e corrupta por uma direção revolucionária, que, portanto, encarne a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A Reforma Sindical é mais um daqueles problemas criados pelo próprio Estado para atingir outros objetivos - no caso, os da Reforma Trabalhista, que, podemos prever, será um golpe duro contra a vida das massas. O grande capital deixou claro que já não pode conviver com direitos fixos de proteção aos trabalhadores e que foram conquistados com luta. O princípio burguês é que todo e qualquer direito trabalhista pode ser negociado, modificado, substituído e mesmo suprimido. A burocracia quer preparar o acordo coletivo e a legislação sindical a esse princípio. Mas nada disso pôde ser debatido, com propriedade e clareza, no 4 Congresso Metalúrgico. Os burocratas das reformas neoliberais tiveram por objetivo aprovar generalidades e assim se investirem de legitimidade, principalmente como encabeçadores de um dos mais importantes sindicatos do proletariado.

Somente com luta barraremos as demissões

A Volks anunciou seu objetivo de demitir 3.933 companheiros. Voltou a dizer que esse número corresponde ao excedente de mão-de-obra. No ano de 2001, apresentou uma lista de cerca de 3.000 demissões. Com o acordo da semana de 4 dias com redução de 15% no salários, a Volks demitiu 700. Somados esses 700 mais os 3.933, temos 4.633 postos sendo eliminados.

Os operários não podem se iludir com a idéia de que a destruição massiva de postos de trabalho poderá ser evitada sem organização de um poderoso movimento grevista que atinja não só a Volks, mas todas as montadoras e a maioria das fábricas.

Proteção dos patrões e demissão dos operários

Estamos diante de uma grande crise do sistema capitalista de exploração do trabalho. Vemos isso na enorme capacidade de produção instalada, na redução da capacidade de compra da população, portanto fechamento de mercado e aumento constante dos estoques. Trata-se da crise de superprodução.

Basta ver que a capacidade de produção no Brasil é de 3,2 milhões de carro/ano, mas as montadoras só podem produzir 1,6 milhão de carro/ano. A Volks mesmo afirma que só utiliza 64% de sua capacidade de produção.

Esses números indicam que a indústria instala uma capacidade muito acima do mercado e depois com a crise de superprodução destrói em grande quantidade postos de trabalho.

Assim, o objetivo da Volks de demitir cerca de 4.000 companheiros vai ser obtido à custa da desgraça do trabalhador.

Só tem uma via para evitar a catástrofe: organizar um amplo movimento contra a destruição de postos de trabalho e demissões.

Nada de acordos malditos

Não devemos aceitar acordos que

continuem demitindo, terceirizando, impondo contratos de precarização do trabalho, acabando com direitos trabalhistas e reduzindo salários.

Na Volks temos o exemplo do acordo das 700 demissões, redução salarial e terceirização que prejudicou enormemente nossas vidas, não evitou a crise de superprodução e mostrou que a Volks continua com o objetivo de demitir milhares.

A cada centímetro que cedemos com os acordos malditos, os planejadores da multinacional preparam novas investidas contra os empregos e os salários.

Estamos diante de uma lição que somente os cegos, os desavisados, os aterrorizados pelas ameaças patronais e os de má fé não querem ver ou fingem que não vêem.

O boletim Nossa Classe disse no acordo de 2001 que a Volks logo mais voltaria com o facão. Recentemente impôs a terceirização nas alas 21 e outras, indicando a intenção de demitir. Dessa vez, devemos agir rápido e coletivamente para quebrar a nova investida das 4.000 demissões anunciadas.

Autovisão é demissão

A direção da Volks apresentou mais uma novidade para impor seu objetivo de demissão. É a tal da Autovisão. Diz que é a criação de uma empresa para criar novos empreendimentos. Desliga os operários da Volks e os transfere para essa tal de Autovisão.

Essa novidade vem embrulhada com a velha idéia de que nós assalariados devemos cooperar com os projetos de novos investimentos. Na verdade, o embrulho é um caixão de demissão. Uma vez eliminado nosso vínculo trabalhista com a Volks, os planejadores só precisam algum tempo para se desfazer do caixão.

Para a multinacional alemã é Autovisão. Para os operários brasileiros é demissão.

Necessitamos de um plano de luta em defesa do emprego e

do salário

A direção do sindicato não tem um plano contra a destruição de postos de trabalho, demissões e confisco salarial. Não há nada mais violento para a família trabalhadora do que o desemprego. No entanto, a direção sindical permite que o facão dos capitalistas continue cortando à vontade.

O que está acontecendo na Volks acontece também nas outras montadoras e demais fábricas. A GM anunciou as demissões e impôs o tal do lay-off. Nome estrangeiro para dizer que os operários ficarão alguns meses fora da empresa recebendo salários menores e depois estarão definitivamente no olho da rua.

O boletim Nossa Classe defende que se convoque uma assembléia de todos os metalúrgicos para organizar uma só campanha contra o desemprego e o esmagamento salarial. Basta de demissão, emprego a todos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir o salário. Formar comitês de empregados e desempregados.

Lay-off é demissão

A direção do sindicato de São José dos Campos negociou os termos do lay-off. Os trabalhadores marcados pela lista de demissão ficarão 5 meses afastados da empresa, receberão no primeiro mês 90% dos salários e o restante 80%. Uma parte desses salários será paga pela GM e outra virá do FAT.

Trata-se de um mecanismo que surrupia dinheiro do FAT para impor o afastamento do trabalhador e depois seu definitivo desligamento. A multinacional que nos explora e saqueia riquezas do país tem a proteção do FAT para implantar seus planos de desemprego.

A direção do sindicato, ao aceitar essa imposição patronal sem luta, capitulou perante as pressões patronais e demonstrou que não tem uma verdadeira organização classista de sua base.

O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no Jornal "Massas" n° 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

O Manual do Organizador foi escrito em novembro de 1977, para que os militantes do Partido pudessem perceber a necessidade de mudar a forma de encarar a militância em vários aspectos, principalmente como atuar com os contatos.

Manual do Organizador (Para um poderoso Partido)

II – O que foi feito e o que devemos fazer agora

O Partido Operário Revolucionário se autodefine como uma minoria (vanguarda) do proletariado; no caso boliviano, se trata de uma minoria de uma pequena minoria, isso é o proletariado com relação à população boliviana.

Seria absurdo deduzir desta caracterização acertada que o POR deva se esmerar em permanecer como um pequeníssimo punhado de militantes. Alguns acham de desta forma se converterá em um diminuto partido de revolucionários superdotados. É fácil comprovar que os que pensam assim pretendem encobrir sua incapacidade de penetrar no seio das massas e para organizar sua vanguarda.

A vanguarda organizada precisa de uma estrutura celular que lhes permita estar presente em todas as partes em que as massas estejam, participando das lutas destas. O partido que luta, através de seus militantes organizados em células, junto com os explorados, a partir de seu seio e que pode dirigi-los, é o Partido que, deixando de ser um grupo de propaganda ou uma seita, se converte em organização de massas, poderoso não só pelo seu grande número de militantes, mas por sua férrea organização. O Estado maior da revolução só pode se estruturar desta forma.

O Partido de massas tem de ser numericamente poderoso, além de ter uma elevada capacidade política, cujo ponto de partida é o programa, e de sua estrutura celular. Numericamente

poderoso deve ser entendido de forma relativa, bem entendido.

Falamos numericamente poderoso, não só porque deve ter uma vasta rede de células que penetrem fundo nas massas, que se convertam no cérebro e no sistema nervoso destas. Isso simplesmente porque o partido revolucionário não é outra coisa senão o marco organizativo da vanguarda da classe operária e o centro aglutinador e educador dos melhores elementos das outras classes sociais ganhos para a causa revolucionária. Não devemos esquecer que o proletaria-

do, por ser a classe que pode transformar a sociedade, assimila a nata das classes sociais em decomposição. O canal pelo qual se opera este processo é principalmente através do partido revolucionário.

O trabalho organizativo e a própria estrutura interna do partido variam segundo se trate de um círculo propagandístico ou de uma direção decidida a atuar no seio das massas, também a diferenças caso haja um período de retrocesso e de derrota das massas ou se, pelo contrário, exista uma evolução da onda revolucionária e que supõe que os explorados imponham a vigência de um mínimo de garantias democráticas. O movimento de massas não pode prosperar por canais clandestinos. Definida qual a natureza de uma realidade política, deve-se proceder de imediato o reajuste organizativo, a adoção dos métodos de trabalho adequados.

Isso supõe que os militantes devem estar devidamente armados para enfrentar com êxito a nova realidade. A tarefa básica do militante revolucionário consiste em saber dar respostas adequadas a todos os problemas que afrontam as massas em sua existência diária (esta é a forma concreta de como o programa é aplicado e vivenciado), em cristalizar estas respostas em consignas precisas e que tenham capacidade de mobilização. Mas isso não é tudo, tal trabalho cotidiano deve permitir atrair, educar e organizar os melhores companheiros da classe. Tal é o mecanismo mediante o qual se pode estruturar um poderoso partido revolucionário no seio das massas e em meio à luta de classes.

Adquira com o distribuidor deste jornal



Por que a juventude deve ser socialista?

Pontos para o programa estudiantil secundarista

Partido
Operário
Revolucionário

 **MASSAS**

Nesta edição:

- Cumprido nosso aviso de que o PT e Lula estavam condenados a servir o imperialismo por não encarnarem a política revolucionária do proletariado
- **Olho! Deformação da luta dos camponeses para recuperar sua terra!**
- Estados Unidos impõem governo fantoche no Iraque. Libéria e Coréia do Norte são os próximos da lista

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Cumprido nosso aviso de que o PT e Lula estavam condenados a servir o imperialismo por não encarnarem a política revolucionária do proletariado

O PT/Brasil, é populista, apegado ao eleitoralismo e que não vai um milímetro além do reformismo colaboracionista. Sua história aparece como a gradual entrega aos objetivos burgueses, que são caricaturas democratizantes. O empresariado brasileiro o levou ao convencimento de que Lula estava destinado a converter-se em seu instrumento, desde o momento em que o PT se uniu, para impor-se nas eleições presidenciais, a um grupo capitalista.

O imperialismo está feliz de que o monstruoso fascista Bush marche de braços com Lula para impor ao continente americano a Alca, um sério passo

para o fortalecimento da política colonizadora norte-americana.

É compreensível que o MAS e a quadrilha de traficantes e malfeitores que o dirigem, eufóricos, se lançaram a marchar por detrás de Lula, ao que o declararam o caudilho internacional de um movimento chamado a ingressar a história como a resposta a todos os males das multidões.

O bolivianos sabem que o MAS está rastejando por detrás das pegadas que vai deixando o PT/Lula, marcha aceleradamente a agonizar e desaparecer

como suposto dirigente capaz de manter indefinidamente a burguesia e ao imperialismo como os amos eternos dos famintos e subjugados.

Aos eleitores há que recordar-lhes que a emancipação dos países acorrentados e escravizados pelo imperialismo somente será possível quando as massas encarnarem, em sua política diária, a política revolucionária do proletariado e em nosso continente imponham os **Estados Unidos Socialistas da América Latina!**

Extraído do Massas 1861 (4/7/2003)
– Órgão do partido Operário Revolucionário da Bolívia

Olho! Deformação da luta dos camponeses para recuperar sua terra!

Os camponeses pacinhos ocuparam a fazenda Collana e a tem convertido em sua trincheira, na espera de que as autoridades governamentais entreguem a terra que supõem não-produtiva.

Esta expressão da luta de sempre dos escravos do campo coincide com o aniversário do levante indígena em Chiquisaca, que explodiu em 7 de julho de 1927, no qual foram massacrados centenas de lutadores, isto durante o governo de Hernando Siles. Este acontecimento de luta assinala que há um problema, até hoje insolúvel para as nacionalidades

nativas que se debatem sob a opressão do estado k'ara (burguês branco, Nota do Tradutor). Corresponde assinalar a essência deste problema que se aprofunda banhado no sangue em meio à incapacidade e estupidez da classe dominante.

Recuperar parcelas pequenas ou o conjunto da terra usurpada?

As características do campesinato (atomização e apego pela pequena parcela) se traduzem de maneira inconfundível na luta que têm levado e levam em

torno da recuperação impostergável da terra.

A história boliviana está cheia da luta de regiões, fazendas, por recuperar a terra roubada pelos de cima, invasores, fazendeiros, governos, igreja, empresários, autoridades. É impressionante o caso dos grandes mineiros, que com ajuda dos governos expulsaram sem piedade de suas terras as comunidades.

A regra no país é que os fazendeiros tomaram as melhores terras e os camponeses têm sido empurrados para as montanhas escarpadas e estéreis. As leis

burguesas defendem os grandes proprietários e não os famintos e muito menos aqueles que se apoderam de alguns terrenos.

O governo (nos referimos particularmente ao atual) oferece lotear as terras não produtivas na atualidade e entregar alguns sulcos para calar os famintos. Esta não é nenhuma solução para os famintos ou para os cultivadores que se vêm acorrentados pelas pequeníssimas colheitas. No campo boliviano, um dos problemas é elevar dezenas de vezes a

produtividade da terra.

Têm de unir-se aos camponeses para que levem a grande guerra para recuperar toda a terra já usurada ao longo dos séculos.

Terra e autodeterminação nacional

As massas camponesas. Para materializar seus objetivos maiores, têm de soldar-se com o proletariado, para que a política deste consiga resolver seus grandes problemas.

A recuperação da terra ocupa o mes-

mo nível que a autodeterminação nacional, organizar-se em Estados nacionais. As ocupações de terras marginais não levam a esse fim.

A aliança operário-camponesas é o objetivo imediato e o método de luta que conduzirá à vitória e à materialização dos grandes objetivos de camponeses e operários.

Extraído do Massas 1861 (4/7/2003) – Órgão do partido Operário Revolucionário da Bolívia

Grande ato assinalou o 68º aniversário do Partido Operário Revolucionário

A grande concentração aplaudiu euforicamente os oradores que assinalaram a finalidade estratégica (revolução e ditadura proletárias) e a tática de frente antiimperialista que se aplica diariamente. Um universitário que vem de Colquiri fez ouvir as canções dos explorados.

Como poucas vezes, a multidão vibrou ao mesmo tempo que os oradores.

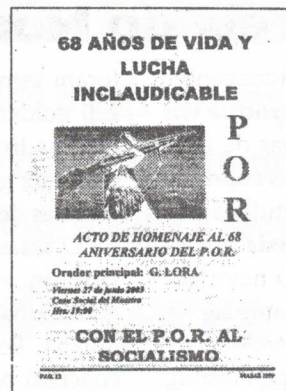
A gente diz que a esquerda está em crise, dispersa, derrotada e que virtual-

mente tem desaparecido, para ceder seu lugar aos democratas colaboracionistas, que repudiam a violência das massas e a revolução.

O ato de 27 de junho demonstrou tudo ao contrário:

O programa do POR vibra na conduta dos oprimidos e explorados.

A revolução que nos levará ao poder e ao comunismo



está viva, atuando nas massas como tradição, experiência e leitura.

O Partido Operário Revolucionário é parte das massas, de sua luta admirável e de suas esperanças.

Extraído do Massas 1861 (4/7/2003) – Órgão do partido Operário Revolucionário da Bolívia

Viva a Quarta Internacional!

Nosso país vem sendo conquistado por uma crescente agitação social, que perceptivelmente se projeta para a luta pela conquista do poder, isso graças ao elevado grau de politização alcançado pelo proletariado minoritário demograficamente.

Nos países vizinhos é também perceptível a agudização da luta de classes.

Compreendemos que o apoio necessário a nosso movimento deve já efetivar-se, a vitória da revolução e sua projeção para o comunismo somente

será possível ao projetar-se nos outros países.

É por isso que chamamos todos os revolucionários a coordenar seus movimentos com o "Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional".

Nós e vocês somos internacionalistas, o que explica esse chamado. Já temos experiência de que o isolamento é prejudicial ao extremo.

Não é suficiente dizer que se luta contra a Alca, a manobra de Bush para

afirmar-se como ditador fascista internacional. Nossa luta tem explicação unicamente se unirmos nossos esforços para avançar na perspectiva de efetivar a revolução proletária internacional.

É nossa obrigação recordar-lhes que a consigna central de nossa atividade é a da efetivação dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Retirado do Massas nº 1862, 11/7/2003, Órgão do partido Operário Revolucionário da Bolívia.

Qual é a essência da Alca?

O nº 2 de "Sunqu Mikhuy" está dedicado a esse tema.

Na Bolívia tem sido comentado pelas tendências mais diversas da população e até o momento não se tem conseguido analisá-la detalhadamente em todos seus aspectos.

Nessa etapa de aguda crise econômica estrutural do capitalismo mundial, tem sido planejada a Alca pelo imperialismo para conseguir que reflora o capitalismo agonizante.

Pode-se dizer que a Alca terminará sendo imposta aos governos burgueses e

parcialmente submetidos ao imperialismo, para que afirme sua condição de amo dos países capitalistas atrasados (continente sulamericano) e assim pretenderá renascer das conseqüências desastrosas da atual crise econômica.

A Alca é apresentada como o ponto

elevado da política de livre comércio irrestrito, ainda que a metrópole opressorra continue praticando o protecionismo em favor de seus empresários.

Bush sonha que com a aprovação da Alca afirmará sua condição de amo do

capitalismo mundial.

A classe operária do continente deve afirmar-se na política antiburguesa, anti-imperialista, inclusive por cima daquilo que o amo se mostre flexível no plano da Alca, para impor o comunismo em esca-

la internacional e os Estados Socialistas da América Latina.

Retirado do Massas nº 1862, 11/7/2003, Órgão do partido Operário Revolucionário da Bolívia.

Goni, esfomeador e antinacional, diz: apertar os cintos para pôr a salvo a democracia. Ouvir o povo: Não há democracia sem pão, trabalho e sem soberania!

O governo e seus lacaios defendem seu bolso e os lucros das multinacionais à custa da miséria extrema que suporta o povo

Os explorados e oprimidos não que-

rem eleições, nem ser acorrentados com a papeleta multicolor. Eles marcham de frente para a revolução social, para derrotar e sepultar o capitalismo, o imperialismo escravizador, para impor a

sociedade sem classes, o comunismo!

Retirado do Massas nº 1862, 11/7/2003, Órgão do partido Operário Revolucionário da Bolívia.

Estados Unidos impõem governo fantoche no Iraque. Libéria e Coréia do Norte são os próximos da lista

O governo dos Estados Unidos conseguiu impor ao Iraque um governo de um Conselho indicado pelas tropas de ocupação. Sua primeira medida foi suprimir os feriados nacionais e substituí-los por um só: o 9 de abril, dia da queda do governo de Saddam Hussein. O novo governo tem por objetivos ampliar a retomada da exploração de petróleo para atender às necessidades do imperialismo.

Esse novo governo será usado juntamente com as tropas de soldados nativos treinados pelos soldados ianques para tentar conter a onda de protestos populares contra a ocupação militar do país e contra os atentados de grupos nacionalistas islâmicos, que têm agido diariamente contra as tropas norte-americanas, já tendo mais de 50 baixas depois de decretado o fim da guerra pelo governo Bush.

O assassinato dos filhos de Saddam Hussein

Na tentativa de ganhar força contra os atentados aos seus soldados, os EUA exibiram fotos que seriam dos filhos mortos de Saddam Hussein, Uday e Qusay. Segundo as tropas ocupantes, eles foram emboscados e mortos junto a mais 2 seguranças por cerca de 200 soldados ianques, vítimas da delação de um aliado local.

É evidente que não houve um "duro confronto", como foi alegado pelas tropas norte-americanas. Os 4 iraquianos

foram esmagados e assassinados pelos 200 soldados armados até os dentes. Para as tropas imperialistas, não existe crime de guerra. Só é crime resistir aos ditames de Washington.

O assassinato dos filhos de Saddam Hussein virou instrumento de propaganda dos EUA contra a resistência iraquiana. Foi apontado como um passo concreto para a prisão e morte de Saddam e extermínio da resistência iraquiana, que não se limita a ele e seu grupo. As tropas norte-americanas têm atacado e assassinado indistintamente civis.

A denúncia de mais um crime do imperialismo é parte da luta contra ele em toda a parte e da defesa da autodeterminação do povo iraquiano.

Cabe ao movimento operário em toda a parte reivindicar a saída imediata das tropas de ocupação do Iraque e a realização de sua autodeterminação plena (o que inclui o direito de se armar).

Libéria e Coréia na mira

A Libéria é um país africano formado inicialmente por escravos libertos dos Estados Unidos. No últimos anos, tem sofrido com a guerra civil, motivada pela extrema miséria e pela opressão nacional. As tropas da oposição ao governo Taylor entraram na capital e ameaçam depô-lo. Os EUA, preocupados com a possibilidade de expansão do conflito para países vizinhos no continente, exigem a saída do go-

verno atual. Preparam para os próximos dias uma ocupação militar do país, de forma a tutelar a troca de governo e a garantir seus interesses na região.

A Coréia do Norte tem sido ameaçada de invasão militar sob o pretexto de conter a produção de armas nucleares. A verdade é que ocupa o espaço estratégico entre a China e a Coréia do Sul capitalista e tutelada pelos EUA desde a guerra de 1949.

Houve protestos na Coréia do Sul contra a tentativa de ingerência ianque no país vizinho. Seu governo as reprimiu e tem colaborado com os EUA, cedendo espaço e ajudando no preparo militar do desembarque de tropas ianques na região.

As pressões dos EUA em relação à Coréia e Libéria são parte de sua ofensiva intervencionista bélica e econômica mundial. A desintegração da economia obriga o imperialismo a pretender o controle pleno das matérias primas e mercados mundiais. Se isso não vem pela chamada "negociação", como no caso da imposição da Alca no continente, então é pela via bélica mesmo.

A luta antiimperialista em cada país, que se apóia nas reivindicações mais sentidas das massas para colocá-la em pé, deve formular a defesa da autodeterminação incondicional das nacionalidades, o que inclui o direito de se armar. Neste momento, exigir a saída dos EUA do Iraque e a não intervenção na Libéria e Coréia.